1

A LINGÜÍSTICA E A LÍNGUA DE SINAIS BRASILEIRA

"A lingüística tem por único e verdadeiro objeto
a língua encarada em si mesma e por si mesma."
(Ferdinand Saussure)

O QUE É LINGÜÍSTICA?

A lingüística é o estudo científico das línguas naturais e humanas. As línguas naturais podem ser entendidas como arbitrária e/ou como algo que nasce com o homem. Essas duas correntes estão relacionadas aos pensamentos filosóficos que se originaram com Platão e Aristóteles. Este último era naturalista quanto às proposições e convencionalista quanto às palavras, pois considerava que as coisas eram infinitas e as palavras eram finitamente determinadas pelos seres humanos. Nesse sentido, a lingüística estruturalista se desenvolveu (Saussure, 1916).[1]

Por outro lado, Platão era naturalista quanto às palavras, assumindo que a linguagem nasce com o homem. Daí surge o famoso "Problema de Platão", amplamente discutido nas versões mais atuais da lingüística: como sabemos tanto diante de tão pouca evidência? De forma ainda mais específica, como uma criança com tão pouca informação em tão pouco tempo é capaz de produzir a complexidade das línguas? Buscar saber sobre os princípios que constituem a faculdade da linguagem humana, possibilita o avanço em direção à solução do "Problema de Platão". Faculdade da linguagem deve ser entendida aqui como um componente da mente humana. A natureza dessa faculdade é o objeto da teoria da estrutura lingüística que objetiva descobrir os princípios e os elementos comuns das línguas humanas. Essa teoria é chamada de gramática universal – GU. A GU é uma caracterização com princípios biologicamen-

[1]Lingüística estruturalista – a ciência da linguagem – trata a língua como a essência da linguagem. A língua é o conjunto de signos abstratos presentes na mente como resultado da história cultural e como conseqüência da prática social.

te determinados da faculdade da linguagem. Nesse sentido, desenvolveram-se os estudos da lingüística gerativa (Chomsky, 1957).[2]

A lingüística está voltada prioritariamente para a explicação dos fatos lingüísticos. Nesse sentido, observa-se uma tensão entre a descrição das línguas e a explicação dos fatos comuns que subjazem à realização de tais línguas. A explicação constitui o desafio maior da teoria que se defronta com a complexidade e a criatividade da linguagem humana. A lingüística busca desvendar os princípios independentes da lógica e da informação que determinam a linguagem humana. Tais princípios são o que há de comum nos seres humanos que possibilitam a realização das diferentes línguas. Portanto, nesse sentido, a teoria lingüística extrapola as questões do uso.

A área da lingüística está crescendo como área de estudo, apresentando impacto nas áreas voltadas para educação, antropologia, sociologia, psicologia cognitiva, ensino de línguas, filosofia, informática, neurologia e inteligência artificial. Considerando tais áreas, o desenvolvimento de pesquisas em comunicação e o estudo do funcionamento dos processos cognitivos são alvos de investigação que desafiam os pesquisadores. Apesar disso, muitas pessoas desconhecem a área da lingüística, relacionando-a ao uso de diferentes línguas ou gramáticas normativas. Na verdade, lingüística é a área que se preocupa com a natureza da linguagem e da comunicação. Desvendar a complexidade da linguagem humana e todas as formas criativas da comunicação fascinam os investigadores da área. A lingüística é uma ciência que busca respostas para problemas essenciais relacionados à linguagem que precisam ser explicados: Qual a natureza da linguagem humana? Como a comunicação se constitui? Quais os princípios que determinam a habilidade dos seres humanos em produzir e compreender a linguagem? A lingüística desmembra tais questões com a finalidade de explicar os problemas e elaborar uma teoria da linguagem humana e uma teoria da comunicação.

A lingüística parte de pressupostos básicos que determinam as investigações. Um dos mais importantes pressupostos assumido neste livro é o de que a linguagem é restringida por determinados princípios (regras) que fazem parte do conhecimento humano e determinam a produção oral ou visuoespacial, dependendo da modalidade das línguas (falada ou sinalizada), da formação das palavras, da construção das sentenças e da construção dos textos. Os princípios expressam as generalizações e as regularidades da linguagem humana nesses diferentes níveis.

Outro pressuposto básico dos estudos lingüísticos aqui considerando constitui a universalidade de tais princípios, ou seja, as investigações de aspectos específicos de cada língua revelam as características da linguagem humana. Portanto,

[2]Lingüística gerativa – estudo dos princípios que regem a linguagem – detém-se na identificação dos universais lingüísticos e na explicação da natureza mental da língua humana. A língua, nessa concepção, apresenta a função preponderante de ser a "expressão do pensamento".

independentemente do estudo de línguas específicas, tais como o inglês, o português, a língua de sinais brasileira, a língua de sinais americana e assim por diante, é possível determinar os princípios universais que regem todas essas línguas e, possivelmente, todas as línguas. Apesar das diferenças entre as línguas, as estruturas apresentam aspectos comuns que interessam às investigações lingüísticas por explicarem a natureza da linguagem humana.

As áreas da lingüística que estudam os vários aspectos da linguagem humana são: a fonologia, a morfologia, a sintaxe, a semântica e a pragmática. Além dessas, originam-se as áreas interdisciplinares, tais como a sociolingüística, a psicolingüística, a lingüística textual e a análise do discurso. A seguir, será apresentada uma introdução às áreas que serão abordadas no presente trabalho.

ÁREAS DA LINGÜÍSTICA

Fonética e fonologia

A fonética é a ciência que estuda os sons como entidades físico-articulatórias isoladas. Tem por objetivo estabelecer um conjunto de traços, ou propriedades, que possam descrever todos os sons utilizados na linguagem humana. Assim, à fonética cabe descrever os sons da linguagem e analisar suas particularidades articulatórias, acústicas e perceptivas.

A fonologia estuda os sons do ponto de vista funcional como elementos que integram um sistema lingüístico determinado. À fonologia cabe estudar as diferenças fônicas intencionais, distintivas, que se vinculam a diferenças de significação e, além disso, estabelecer como se relacionam entre si os elementos de diferenciação e as condições em que se combinam uns com os outros para formar morfemas, palavras e frases (Callou e Leite, 1990, p. 11).

Fonética

A unidade da fonética é o som da fala ou fone, enquanto a unidade da fonologia é o fonema. Os sons produzidos na fala constituem as representações físicas da cadeia de elementos lingüísticos discretos.

Todos os sons articulados se inserem em classes de acordo com as suas propriedades fonéticas ou traços, isto é, de acordo com a forma como são produzidos. Os sons podem ser sonoros ou surdos, orais ou nasais, consoantes, glides ou vogais. As consoantes podem ser caracterizadas não só como labiais, alveolares, palatais, velares, uvulares ou glotais, mas também como fricativas, oclusivas, africadas ou líquidas. As vogais distinguem-se quanto à posição da língua e dos lábios: língua alta, intermediária ou baixa, lábios arredondados ou não-arredondados.

Para a descrição dos sons da fala utiliza-se um alfabeto fonético, em que cada símbolo fonético representa um som. Cada fone pode ser especificado

por um sistema binário de classificação que apresente todos os seus traços fonéticos.

As questões investigadas pela fonética procuram explicar a percepção e a produção dos sons, ou seja: O que se passa no aparelho fonador no momento da fala? Qual o efeito acústico da onda sonora em sua passagem pelo aparelho fonador? Qual a percepção da onda sonora pelo ouvinte?

Fonologia

Os fonemas são segmentos usados para distinguir palavras quanto ao seu significado, através dos traços distintivos. A fonologia busca interpretar os sons da fala (da fonética), tendo como base os sistemas de sons das línguas e os modelos teóricos disponíveis. Cabe à fonologia explicar o porquê de os falantes de alguns dialetos do português brasileiro considerarem como sendo o mesmo som as consoantes da palavra *carta* [ˈkarta] e [ˈkaRta], muito embora elas tenham pronúncias diferentes, sendo articulatória, acústica e perceptualmente distintas. Assim, enquanto a fonética é basicamente descritiva, a fonologia é explicativa, interpretativa; enquanto a análise fonética se baseia na produção, percepção e transmissão dos sons da fala, a análise fonológica busca o *valor* dos sons em uma língua, ou seja, sua função lingüística (Massini-Cagliari e Cagliari, 2001, p. 106).

Cada língua dispõe de um número determinado de unidades fônicas cuja função é determinar a diferença de significado de uma palavra em relação a uma outra. Por exemplo, a palavra *caça* [ˈkasa] diferencia-se de *casa* [ˈkaza] pelo uso de uma fricativa alveolar surda [s] e de uma sonora [z], respectivamente. Esses tipos de unidades como /s/e /z/, que diferenciam significados e palavras, denominam-se fonemas. Assim, /s/e /z/são fonemas em português, por terem esse valor contrastivo, distintivo no sistema lingüístico (Mori, 2001, p. 151). Toda língua possui um número restrito, limitado de sons (fonemas), cuja função é diferenciar o significado de uma palavra em relação à outra. Os fonemas ocorrem em seqüências lineares, combinando-se entre si de acordo com as regras fonológicas de cada língua.

A fonologia inclui restrições nas seqüências de fonemas da língua; é o caso, por exemplo, de em português duas oclusivas não poderem ocorrer juntas em início de palavra; assim, não temos palavras com seqüências de *ppa, *bpa, *tpa.[3]

Cabe salientar que os fonemas não são os sons fonéticos de fato, mas sim construções mentais abstratas que se realizam através de sons pela aplicação de regras fonológicas. Ninguém nos ensina essas regras. E, no entanto, todos os utentes de uma língua conhecem a fonologia da sua língua melhor do que qualquer lingüista que tente descrevê-la. Ao descreverem as regras, os lin-

[3]O asterisco marca a agramaticalidade das construções.

güistas recorrem a certos mecanismos formais que permitem melhores generalizações dos processos fonológicos.

Consideraram-se por muito tempo, os fonemas como as unidades básicas da fonologia, no sentido de serem as unidades mínimas e contrastivas que ocorrem numa língua. No entanto, estudos desenvolvidos por Chomsky & Halle (1968), trouxeram evidências de que o fonema seria constituído de um conjunto de propriedades que se realizam simultaneamente. Tais propriedades são denominadas de traços distintivos. Definir os fonemas em termos de traços distintivos é um dos desenvolvimentos importantes da teoria fonológica.

As questões investigadas pela fonologia relacionadas com os traços distintivos são: Quais são esses traços? Quantos traços existem? Será que há traços comuns a todas as línguas? Se esse for o caso, quais seriam os traços universais?

Assim, parte da teoria fonológica investiga o conjunto de traços necessários para descrever os sons/elementos de qualquer língua para, assim, compreender melhor as fonologias das línguas naturais do mundo.

Morfologia

É o estudo da estrutura interna das palavras, ou seja, da combinação entre os elementos que formam as palavras e o estudo das diversas formas que apresentam tais palavras quanto à categoria de número, gênero, tempo e pessoa. Uma das questões que a morfologia busca responder é: O que nós sabemos quando conhecemos uma palavra? Há vários tipos de informações que são necessárias para a identificação e compreensão de uma palavra, por exemplo, a informação fonética/fonológica (dominar a pronúncia, os sons, a seqüência de sons), a informação morfológica (saber como o plural se forma, como o gênero é marcado, perceber as relações entre as palavras), a informação sintática (saber onde a palavra se encaixa na estrutura) e a informação semântica (compreender o/os significado(s) da palavra).

No entanto, nem toda seqüência de sons apresenta um significado específico. Isso sugere, portanto, que há aspectos que independem das informações fonológicas e semânticas na definição da pergunta "o que é a palavra?". Percebe-se que as combinações de sons e de significado são arbitrárias e nem sempre necessárias. Assim sendo, as palavras parecem apresentar por si mesmas estruturas internas que justificam o estudo da morfologia. Intuitivamente, os falantes nativos de uma língua identificam a palavra 'caixa' como uma unidade e 'caixas' como contendo duas unidades significativas: 'caixa + *s*', ou seja, o substantivo mais a forma do plural. No entanto, algumas vezes as unidades não apresentam um significado específico; por exemplo, em 'receber': 're' e 'ceber'. Apesar de 'ceber' não apresentar um significado por si só, é possível identificar a unidade 'ceber' em outras palavras, tais como em 'conceber' e 'perceber'.

As unidades que formam as palavras chamamos de "morfemas". As palavras podem ser "simples" ou "complexas"; estas requerem a combinação de

no mínimo dois morfemas, enquanto aquelas são morfemas independentes que não precisam ser combinados com outros morfemas por apresentarem significado isoladamente. Por exemplo, os morfemas 'in' e 'feliz' que são conjugados para formar a palavra 'infeliz', e o morfema e palavra 'sol', por si só apresenta significado.

Uma das mais interessantes áreas da morfologia é o estudo da origem das palavras, apresentando-se a seguinte questão: Como as palavras são criadas? Diferentes processos formam novas palavras na língua portuguesa, por exemplo, a sufixação (vestibul*ando*, piolh*ento*, vampir*esco*), a prefixação (*des*emprego, *im*popular, *micro*empresa), a composição (seguro-desemprego, vale-refeição, ecoturismo) e a atribuição de novos sentidos às palavras previamente existentes (carro indicava carro de bois no século passado, atualmente indica um automóvel). Menos usados, mas ainda assim importantes são os processos de cruzamentos de palavras (portunhol= *portu*guês + espa*nhol*), formações analógicas (videasta, sobre cineasta), abreviações (proleta, por proletário) entre outros. A formação de palavras observa restrições morfológicas. Assim, de uma dada palavra, há formas específicas para formar outras palavras. Por exemplo, se se quisesse formar um adjetivo da palavra 'portunhol' para evidenciar o caráter ou a feição de uma palavra falada em 'portunhol', seria acrescentado o prefixo 'a' e o sufixo '(z)ada' na seguinte sentença: "A palavra que João usou quando encontrou o argentino Pablo foi aportunholzada". Essa palavra não existe na língua portuguesa, mas se viesse a existir seguiria essa forma, a exemplo de 'aportuguesada', 'americanizada', 'afrancesada'. Os aspectos e processos morfológicos mencionados representam exemplos de princípios (regras) naturais que os seres humanos acessam quando formam novas palavras. A morfologia busca conhecer e explicar tais princípios.

Sintaxe

É o estudo da estrutura da frase, ou seja, da combinação das unidades significativas da frase. A sintaxe trata das funções, das formas e das partes do discurso. É a parte da lingüística que estuda a estrutura interna das sentenças e a relação interna entre as suas partes. Os seres humanos são capazes de compreender e produzir um número infinito de sentenças que jamais foram produzidas em outro momento. Obviamente, não há uma lista de todas as sentenças possíveis à disposição de cada falante em uma determinada língua. O que há é uma estrutura que acomoda infinitas combinações de palavras em um número finito de possibilidades. Nesse sentido, a sintaxe combina as palavras de forma recursiva observando restrições impostas por princípios que a determinam.

Uma das questões que os estudos em sintaxe buscam responder é a seguinte: O que o utente de uma língua conhece para poder compreender e

produzir um número infinito de sentenças? Pode-se dizer que o conhecimento lingüístico dos seres humanos caracteriza-se pela existência de uma gramática que apresenta um conjunto finito de princípios (regras) que possibilitam a compreensão e produção de um número infinito de combinações em uma determinada língua. Tais princípios são comuns a todos os seres humanos captando, portanto, as regularidades das línguas. Dessa forma, as variações fogem do âmbito da sintaxe, uma vez que são determinadas pelo léxico e por outros fatores. Ainda quanto ao conhecimento lingüístico, há uma distinção entre os tipos de conhecimentos que os seres humanos dispõem (Chomsky, 1965), ou seja, o conhecimento para a linguagem é chamado de "competência", que se diferencia do uso da língua em si, chamado de "desempenho". O uso, o desempenho, caracteriza-se pela variação, por isso existem milhares de línguas diferentes produzidas no mundo. Apesar de tais variações, a competência para a linguagem dos seres humanos é a mesma. Essa competência é que permite aos seres humanos fazer julgamentos sobre a formação das sentenças. Por exemplo, qualquer pessoa que domine o português terá condições de julgar a gramaticalidade das seguintes sentenças:

a) João gosta muito de Maria.
b) *João de muito Maria gosta.

A primeira será julgada como gramatical por quaisquer utentes do português brasileiro, enquanto a segunda será descartada. Para esse julgamento não é necessário conhecer a gramática do português, sendo suficiente a competência dos falantes de português. Na definição inicial de sintaxe apresentada, o termo estrutura foi mencionado. Estrutura sintática envolve restrições que se aplicam às sentenças de uma língua para que ela seja organizada de uma determinada maneira. Por exemplo, as línguas apresentam certas restrições que determinam a ordem das palavras em uma sentença. No português e na língua de sinais brasileira, a ordem básica das sentenças é sujeito-verbo-objeto. Isso não significa que essa ordem não possa ser mudada, apenas que ela existe como elemento da estrutura sintática dessas línguas. As mudanças nessa ordem apresentam razões específicas e vão observar restrições para serem acomodadas diferentemente.

Há várias propriedades da estrutura sintática que determinam a forma das sentenças nas línguas. Tais propriedades são determinadas por princípios lingüísticos mais gerais.

Semântica

É o estudo do significado da palavra e da sentença. A semântica trata da natureza, da função e do uso dos significados determinados ou pressupostos. É a parte da lingüística que estuda a natureza do significado individual das

palavras e do agrupamento das palavras nas sentenças, que pode apresentar variações regionais e sociais nos diferentes dialetos de uma língua. Para além desse tipo de significado, há aquele do utente da língua que pode incluir o literal e o não-literal das expressões (casos de ironias e metáforas, por exemplo). Apesar dessas variações, existem limites nos significados de cada expressão, ou seja, os utentes não podem usar as expressões para significar o que bem entendem. Se fizerem isso, provavelmente serão mal-interpretados ou não-compreendidos. Portanto, o "significado" ou "significados" de uma expressão lingüística apresentam características comuns compartilhadas entre os utentes de uma língua. Uma descrição semântica poderá ser feita ao nível da palavra, da frase e, ainda, do discurso. "Ambigüidade" no significado pode ser descrita em todos os níveis. Por exemplo, no nível lexical, a palavra 'manga' pode significar uma parte do vestuário ou uma fruta. No nível da frase, há a ambigüidade estrutural, em que uma sentença do tipo 'O João disse a Pedro que sua mulher foi para o hospital', apresenta dois significados possíveis: 'sua mulher' refere à mulher de Pedro ou à mulher de João. No nível do discurso, os termos referenciais como 'ele', 'essa', 'seu' podem ser ambíguos. A habilidade dos seres humanos de identificar e evitar a ambigüidade é uma das questões que a semântica investiga.

No nível da palavra, há a antonímia e a sinonímia, entre outros aspectos analisados pela semântica. Assim, as oposições observadas entre pares de palavras como 'bonito' e 'feio', 'quente' e 'frio', bem como as similaridades que aproximam o significado de diferentes palavras, tais como 'belo' e 'bonito', são exemplos de antonímia e sinonímia, respectivamente. Os traços que identificam cada palavra parecem coincidir ou não, provocando tais aproximações e oposições entre os significados de diferentes palavras. A semântica busca conhecer e definir tais traços. As sentenças também podem ser consideradas sinônimas. Por exemplo: 'O assaltante atacou o João' e 'O João foi atacado pelo assaltante' apresentam significados equivalentes. Enfim, a semântica busca desvendar as propriedades do significado nos diferentes níveis de expressão.

Pragmática

É o estudo da linguagem em uso (contexto) e dos princípios de comunicação. Essa definição é considerada tradicional; no entanto, vale registrar que há várias tendências ao definir-se a área de pragmática. Levinson (1983) aborda algumas definições dadas à pragmática. Para o objetivo deste livro, apresentou-se a definição acima e foram feitas algumas considerações mencionadas por esse autor. A pragmática envolve as relações entre a linguagem e o contexto. É uma área que inclui os estudos da dêixis (utilização de elementos da linguagem através da demonstração – indicação –, que envolve basicamente os pronomes), das pressuposições (inferências e antecipações com base no

que foi dito), dos atos de fala (como se organizam os atos de fala e quais as condições que observam), das implicaturas (as coisas que estão subentendidas nas entrelinhas, incluindo o significado que não foi dito explicitamente) e dos aspectos da estrutura conversacional (a estrutura das conversas entre duas ou mais pessoas e a organização da tomada de turnos durante a conversação). Um exemplo de implicatura seria o seguinte:

a) – Você tem horas?
   – Nove e trinta.

Ninguém responde a pergunta em (a) com um 'sim', mas com a hora. Isso acontece porque os falantes implicam que ao ser realizada tal pergunta quer-se obter a informação referente à hora e não ao fato de ter ou não o relógio. Esse é um exemplo de como o significado ultrapassa as fronteiras do que realmente foi dito.

Um exemplo de pressuposição pode ser o seguinte: 'João morreu num acidente de carro'. Essa informação pressupõe que 'João um dia estava vivo', apesar de isso não estar dito explicitamente. A pragmática busca desvendar as estratégias, as formas, as intuições e as estruturas que são acionadas pelos utentes ao usarem a língua.

Interfaces da lingüística

Neste ponto são apresentadas as interfaces da lingüística com outras ciências e domínios que extrapolam os domínios da lingüística como ciência que se detém ao sistema da faculdade da linguagem de forma mais abstrata. Na interdisciplinaridade, surge a oportunidade de explorar aspectos da linguagem que envolvem outros módulos da mente humana e, por isso, tornam-se tão complexos e ricos. A exemplo disso, há a sociolingüística, a psicolingüística, a lingüística textual e a análise do discurso. A primeira envolve o estudo das variações lingüísticas geográficas, sociais e estilísticas. A psicolingüística é o estudo da realidade lingüística da criança em diferentes estágios, oferecendo pistas sobre a organização interna e sobre os processos mentais relacionados à linguagem. A lingüística textual e a análise do discurso estudam os mecanismos internos e externos do texto e do discurso que determinam a forma destes, analisam as relações entre as frases e entre os textos. Tais interfaces representam áreas de grande interesse, uma vez que apresentam repercussões aplicadas às ciências humanas.

Ao longo do presente livro, será abordada cada uma das áreas da lingüística, considerando os estudos das línguas de sinais, tais como a língua de sinais americana (ASL) e a língua de sinais brasileira.

Ainda relacionado ao objetivo do presente capítulo, a seção seguinte apresenta uma série de definições de língua, bem como uma discussão a respeito

das propriedades das línguas naturais, situando a seguir as línguas de sinais como línguas naturais.

O QUE SÃO LÍNGUAS NATURAIS?

Viu-se até agora que a lingüística pode ser definida como o estudo científico da língua natural humana – uma ciência que descreve línguas em todos os seus aspectos e formula teorias de como elas funcionam. Mas, o que exatamente é língua? Qual a diferença entre língua e linguagem? As pessoas freqüentemente usam a palavra linguagem em uma variedade de sentidos: linguagem musical, linguagem corporal, linguagem das abelhas, entre outras possibilidades. Este livro, entretanto, utiliza essa palavra para significar o sistema lingüístico que é geneticamente determinado para desenvolver-se nos humanos. Os seres humanos podem utilizar uma língua de acordo com a modalidade de percepção e produção desta: modalidade oral-auditiva (português, francês, inglês, etc.) ou modalidade visuoespacial (língua de sinais brasileira, língua de sinais americana, língua de sinais francesa, etc.).

Mas como definir língua e linguagem? Como distinguir uma língua de outros sistemas de comunicação?

Sabe-se que para o vocábulo inglês *language* encontram-se, no português, dois vocábulos: língua e linguagem. A diferença entre as duas palavras está correlacionada, até certo ponto, com a diferença entre os dois sentidos da palavra inglesa *language*. A palavra linguagem aplica-se não apenas às línguas português, inglês, espanhol, mas a uma série de outros sistemas de comunicação, notação ou cálculo, que são sistemas artificiais e não naturais. Por exemplo, em português, a palavra linguagem é usada com referência à linguagem em geral, e a palavra língua aplica-se às diferentes línguas. O vocábulo linguagem, em português, é mais abrangente que o vocábulo língua, não só porque é usado para se referir às linguagens em geral, mas também porque é aplicado aos sistemas de comunicação, sejam naturais ou artificiais, humanos ou não.

O lingüista, a princípio, lida com as línguas naturais. Para Lyons (1987), a pergunta "o que é língua e linguagem?" traz em si a pressuposição de que cada uma das milhares de línguas naturais, reconhecidamente distintas, é um caso específico de algo mais geral. O que o lingüista quer saber é se as línguas naturais, todas, possuem em comum algo que não pertença a outros sistemas de comunicação, humano ou não, de tal forma que seja correto aplicar a cada uma delas a palavra "língua", negando-se a aplicação deste termo a outros sistemas de comunicação.

Uma breve revisão da literatura permite encontrar uma série de definições de língua. Tais definições fornecem subsídios para a indicação de propriedades consideradas pela lingüística essenciais às línguas naturais. Saussure (1995, p. 17) coloca que "língua não se confunde com linguagem: é somente

uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos". Bloch e Trager (1942, p. 5) afirmam que "uma língua é um sistema de símbolos vocais arbitrários por meio do qual um grupo social co-opera". Para Hall (1968, p. 158) a língua(gem) é "a instituição pela qual os humanos se comunicam e interagem uns com os outros por meio de símbolos arbitrários orais-auditivos habitualmente utilizados". Bloch e Trager (1942) e Hall (1968) aplicam a definição de língua somente às línguas orais-auditivas. Robins (1979a, p. 9-14) lista e discute uma série de fatos mais salientes dos quais se deve dar conta em qualquer teoria da linguagem. Em edições posteriores, o autor ressalta que as línguas são "sistemas de símbolos (...) quase totalmente baseados em convenções puras ou arbitrárias", enfatizando contudo sua flexibilidade e adaptabilidade. Chomsky (1957, p. 13) coloca: "Doravante considerarei uma língua(gem) como um conjunto (finito ou infinito) de sentenças, cada uma finita em comprimento e construída a partir de um conjunto finito de elementos." Para Chomsky (1986), o conceito de língua pode ser analisado considerando-se duas perspectivas: a língua externa e a língua interna. A primeira refere-se ao conceito difundido por Bloomfield, relacionado à definição de *langue* por Saussure, associando som à palavra ao seu significado. É um conceito técnico de língua, considerando-se as línguas como instâncias da linguagem externalizada, ou seja, eventos de fala atuais ou potenciais. A gramática convencional consiste em um conjunto de descrições da língua externa. A segunda, a língua interna, está relacionada com algo como o proposto por Otto Jespersen (1922), que define a "noção de estrutura" como "parte da sentença estável, livre das expressões que podem variar de falante para falante". Chomsky refere-se à essa "noção de estrutura" como língua interna, ou seja, um elemento da mente da pessoa que conhece a língua que foi adquirida e é usada sistematicamente. Concebendo língua como "língua interna", a gramática pode ser a teoria da língua interna, seu objeto de investigação.

Hockett (1992, p. 11-20), Lyons (1981, p. 30-5) e Lobato (1986, p. 41-7) enumeraram uma lista de traços atribuídos às línguas em geral, abordando a diferença entre língua e sistemas de comunicação animal. Os principais traços discutidos pelos autores são apresentados a seguir.

Flexibilidade e versatilidade

Segundo Lyons (1981), pode-se usar a língua para dar vazão às emoções e sentimentos; para solicitar a cooperação de companheiros; para ameaçar ou prometer; para dar ordens, fazer perguntas ou afirmações. É possível fazer referência ao passado, presente e futuro; a realidades remotas em relação à situação de enunciação – até mesmo a coisas que não existem. Nenhum outro

sistema de comunicação parece ter, sequer de longe, o mesmo grau de flexibilidade e versatilidade.

Arbitrariedade

O caso mais óbvio de arbitrariedade da língua diz respeito à relação entre forma e significado. As palavras e os sinais apresentam uma conexão arbitrária entre forma e significado, visto que, dada a forma, é impossível prever o significado, e dado o significado, é impossível prever a forma. Os símbolos usados são arbitrários; não há, por exemplo, uma conexão intrínseca entre a palavra 'cão' e o animal que ele simboliza.

A arbitrariedade, no que diz respeito à língua, não se restringe à ligação entre forma e significado. Aplica-se também, consideravelmente, à grande parte da estrutura gramatical das línguas, na medida em que estas diferem gramaticalmente umas das outras. Se assim não fosse, seria muito mais fácil aprender uma língua estrangeira do que realmente é. Na opinião de Chomsky, os seres humanos são geneticamente dotados de um conhecimento dos princípios gerais ditos arbitrários, que determinam a estrutura gramatical de todas as línguas.

Descontinuidade

A descontinuidade opõe-se à variação contínua. As palavras que diferem de maneira mínima na forma normalmente apresentam uma diferença considerável no significado. Por exemplo, as palavras 'faca' e 'fada' diferem minimamente na forma, tanto na língua escrita como na língua falada. Esse fato tem por efeito mostrar o caráter descontínuo da diferença formal entre forma e significado. No entanto, na maioria dos contextos, a ocorrência de uma forma será muito mais provável do que a ocorrência de outra, o que reduz a possibilidade de engano quando as condições para a transmissão ou recepção são deficitárias.

Criatividade/produtividade

A produtividade ou criatividade de um sistema de comunicação é a propriedade que possibilita a construção e interpretação de novos enunciados. Todos os sistemas lingüísticos possibilitam a seus usuários construir e compreender um número indefinido de enunciados que jamais ouviram ou viram antes.

O que é impressionante na produtividade das línguas naturais, na medida em que é manifesta na estrutura gramatical, é a extrema complexidade e

heterogeneidade dos princípios que as mantêm e constituem. Chomsky coloca que esta complexidade e heterogeneidade, entretanto, é regida por regras, dentro dos limites estabelecidos pelas regras da gramática, que são em parte universais e em parte específicos de determinadas línguas, os falantes nativos de uma língua têm a liberdade de agir criativamente, construindo um número infinito de enunciados. O conceito de criatividade regida por regras é muito próximo do de produtividade e teve grande importância para o desenvolvimento do gerativismo.

Dupla articulação

As línguas humanas têm uma gama de unidades ou fonemas que são semelhantes, em torno de trinta e quarenta. Mas cada fonema é normalmente sem significado isoladamente. Ele adquire significado apenas quando combinado com outros fonemas. Isto é, sons tais como *f, g, d, o, a* nada significam separadamente. Eles adquirem significado apenas quando combinados de várias formas, como em *fogo, dado, gado, fado*.

Esta organização da língua em duas camadas – a camada dos sons que se combinam em uma segunda camada de unidades maiores – é conhecida como dualidade ou dupla articulação.

Padrão

As línguas humanas apresentam um padrão de organização dos elementos. Em português, tomando-se como exemplo os sons *a*, *b*, *s*, *l*, estes sons podem ser arranjados da seguinte forma: blas (por exemplo, *blas*fêmia). As outras possibilidades, tais como **slab*, **blsa*, **albs* e **lbsa* são excluídas. As palavras com asterisco não são excluídas neste caso porque tais seqüências são impronunciáveis, mas porque as regras internalizadas pelas pessoas que falam português não permitem esses tipos de combinações, mesmo para novas palavras.

De modo semelhante, considerando-se as palavras *rapaz, rapidamente, caminhou, o*, há três combinações possíveis: *O rapaz caminhou rapidamente; Rapidamente, caminhou o rapaz* e *O rapaz rapidamente caminhou.* As outras combinações são agramaticais, tais como **O rapidamente rapaz caminhou*, ou **Caminhou rapaz rapidamente o*. Em síntese, o português apresenta restrições na maneira em que os itens podem ocorrer juntos e na ordem em que eles aparecem.

Além disso, há um conjunto fixo de possibilidades para a substituição dos itens. Na palavra *sal,* por exemplo, a vogal *a* poderia ser substituída por *o* ou *u*, mas não por *h* ou *z*, que resultaria em **shl*, ou **szl*. Na sentença *O rapaz caminhou rapidamente*, a palavra *rapaz* poderia ser substituída por *animal, monstro, policial*, mas não poderia ser substituída por palavras como *dentro*,

felizmente ou *aqui*, que formariam sentenças agramaticais, tais como, **O dentro caminhou rapidamente* ou **O felizmente caminhou rapidamente.*

Cada item lexical apresenta um padrão de colocação na combinação ou substituição por outros itens, conforme ilustram os exemplos apresentados anteriormente.

A língua pode ser então considerada como uma rede de elementos interligados em que cada item é mantido em determinado local conforme a relação com os outros itens. Os itens lingüísticos adquirem significado como parte de uma ampla rede lingüística.

Dependência estrutural

As sentenças a seguir apresentam uma estrutura básica semelhante, consistindo de um sintagma nominal e um sintagma verbal.

A criança Ela A criança doente e machucada	gritou.

É praticamente impossível para alguém formar sentenças e entendê-las por meios mecânicos ou artificiais. Por exemplo, a realização de uma sentença no passado (pretérito perfeito) pode ser enunciada mesmo que a pessoa nunca tenha ouvido ou dito a sentença antes.

Em outras palavras, uma língua contém estruturas dependentes que possibilitam um entendimento da estrutura interna de uma sentença, independente do número de elementos lingüísticos envolvidos.

Linguagem humana *versus* comunicação animal

Dualidade, deslocamento e a habilidade para falar sobre coisas, objetos ou eventos são traços extremamente raros no mundo animal. Até o momento, nenhum sistema de comunicação animal apresenta esses traços. Criatividade, a habilidade para produzir novos enunciados, parece não estar presente em qualquer sistema de comunicação natural utilizado por animais. Finalmente, padrão e estrutura dependente constituem também traços únicos das línguas humanas.

Assim sendo, a língua é um sistema padronizado de sinais/sons arbitrários, caracterizados pela estrutura dependente, criatividade, deslocamento, dualidade e transmissão cultural. Isto é verdade para todas as línguas no mundo, que são reconhecidamente semelhantes em seus traços principais.

Origem e funções da linguagem

Língua, conforme exposto, é um sistema altamente desenvolvido. Mas há um aspecto a considerar: Como e quando a criança começa a falar? Como a língua começou? Por que a língua começou? Parecem questões que atualmente estão mais claras. Possivelmente, ela começou porque os humanos necessitam de um grau maior de cooperação com o outro a fim de sobreviverem, e esta cooperação requer uma eficiente comunicação. Conseqüentemente, a função primária da língua é a comunicação e a expressão do pensamento.

A língua pode também ser usada para comunicar sentimentos e emoções. Além disso, há na língua o bate-papo social, as pequenas frases do dia-a-dia. "Oi, como vai você? Que dia frio!..." Este padrão social tem sido chamado de comunicação fática e é primariamente uma estratégia para manter contato social em um nível amigável. As pessoas podem usar a língua por razões puramente estéticas, como na poesia. Essas são apenas algumas das funções da língua.

Esta seção apresentou algumas das propriedades que alguns lingüistas consideram como traços essenciais das línguas tais quais as conhecemos. Foram também mencionados alguns dos principais objetivos para os quais a língua é usada.

A LÍNGUA DE SINAIS BRASILEIRA COMO LÍNGUA NATURAL

Algumas definições anteriormente abordadas restringem o estudo das línguas naturais ao estudo das línguas faladas. No entanto, cabe salientar que a partir do início das pesquisas lingüísticas nas línguas de sinais em torno dos anos 1960 (Stokoe, 1960; Stokoe et al. 1965), observou-se que o entendimento sobre línguas em geral e sobre línguas de modalidade visoespacial aumentou consideravelmente. Hoje há uma quantidade razoável de investigações na área da lingüística, não apenas sobre a estrutura, mas também sobre a aquisição, o uso e o funcionamento dessas línguas. Ao discutir sobre a interface "articulatório-perceptual", Chomsky (1995) reconhece tais investigações:

> A concepção de que a articulação e a percepção envolvem a mesma interface (representação fonética) é controversa, e os problemas obscuros relacionados à interface C-I (conceptual-intencional) é ainda mais. O termo "articulatório" é tão restrito que sugere que a faculdade da linguagem apresenta uma modalidade específica, com uma relação especial aos órgãos vocais. O trabalho nos últimos anos em língua de sinais evidencia que essa concepção é muito restrita. Eu continuarei a usar o termo, mas sem quaisquer implicações sobre a especificidade do sistema de output, mantendo o caso das línguas faladas. (Chomsky, 1995a, p. 434, nota 4)[4]

[4]Tradução das autoras.

Além disso, Saussure ([1916] 1995, p. 17), citando Whitney, discute a questão articulatório-perceptual quando refere:

> (...)para Whitney, que considera a língua uma instituição social da mesma espécie que todas as outras, é por acaso e por simples razões de comodidade que nos servimos do aparelho vocal como instrumento da língua; os homens poderiam também ter escolhido o gesto e empregar imagens visuais em lugar de imagens acústicas.

Mais adiante, Saussure ([1916] 1995, p. 18) menciona o seguinte:

> No ponto essencial, porém, o lingüista norte-americano nos parece ter razão: a língua é uma convenção e a natureza do signo convencional é indiferente. A questão do aparelho vocal se revela, pois, secundária no problema da linguagem.

Reunindo algumas das características atribuídas às línguas naturais, especificadas anteriormente, pode-se dizer que uma língua natural é uma realização específica da faculdade de linguagem que se dicotomiza num sistema abstrato de regras finitas, as quais permitem a produção de um número ilimitado de frases. Além disso, a utilização efetiva desse sistema, com fim social, permite a comunicação entre os seus usuários.

Mas essa é uma caracterização, e não uma definição formal de língua. Considere-se a definição de Chomsky (1957) de língua natural em termos formais: *um conjunto (finito ou infinito) de sentenças, cada uma finita em comprimento e construída a partir de um conjunto finito de elementos.* Portanto, esses elementos básicos são as palavras faladas para as línguas orais e as palavras sinalizadas para as línguas de sinais, sendo as frases da língua, por sua vez, representáveis em termos de uma seqüência dessas unidades.

As línguas de sinais são consideradas línguas naturais e, conseqüentemente, compartilham uma série de características que lhes atribui caráter específico e as distingue dos demais sistemas de comunicação, conforme discutido anteriormente.

As línguas de sinais são, portanto, consideradas pela lingüística como línguas naturais ou como um sistema lingüístico legítimo e não como um problema do surdo ou como uma patologia da linguagem. Stokoe, em 1960, percebeu e comprovou que a língua dos sinais atendia a todos os critérios lingüísticos de uma língua genuína, no léxico, na sintaxe e na capacidade de gerar uma quantidade infinita de sentenças.

Stokoe observou que os sinais não eram imagens, mas símbolos abstratos complexos, com uma complexa estrutura interior. Ele foi o primeiro, portanto, a procurar uma estrutura, a analisar os sinais, dissecá-los e a pesquisar suas partes constituintes. Comprovou, inicialmente, que cada sinal apresentava pelo menos três partes independentes (em analogia com os fonemas da fala) – a localização, a configuração de mãos e o movimento – e que cada

parte possuía um número limitado de combinações. Em *Sign Language Structure*, publicado em 1960, ele delineou dezenove configurações de mão diferentes, doze localizações distintas e vinte e quatro tipos de movimentos como os componentes básicos dos sinais. Além disso, inventou um sistema de notação para tais elementos (Stokoe et al., 1976).

Com a obra *Dictionary of American Sign Language*, publicada pelo mesmo autor em 1965, diferentemente dos demais dicionários das línguas de sinais, os itens lexicais não foram arrumados de forma temática (ou seja, sinais para alimentos, sinais para animais, etc.), mas de forma sistemática, de acordo com suas partes constituintes.

Sign Language Structure e *Dictionary of ASL* marcaram um ponto de transição para o estudo das línguas de sinais, já que foram os primeiros trabalhos a reconhecerem a organização interna de uma língua de sinais e a tornar em algumas destas organizações explícitas.

Naturalmente que o trabalho de Stokoe (1960) representou o primeiro passo em relação aos estudos das línguas de sinais. Pesquisas posteriores, feitas em grande parte com a língua de sinais americana, mostraram, entre outras coisas, a riqueza de esquemas e combinações possíveis entre os elementos formais que servem para ampliar consideravelmente o vocabulário básico.

Pesquisas realizadas em diversos países procuram descrever, analisar e demonstrar o *status* lingüístico das línguas de sinais, desmistificando concepções inadequadas em relação a esta modalidade de língua, as quais são especificadas a seguir (Karnopp, 1994, p. 24-32; Quadros, 1997, p. 46).

Mito 1

A língua de sinais seria uma mistura de pantomima e gesticulação concreta, incapaz de expressar conceitos abstratos.

Tal concepção declara que os sinais não são símbolos arbitrários como as palavras, mas carregam uma relação icônica ou representacional de seus referentes. No entanto, vários estudos concluíram que as línguas de sinais expressam conceitos abstratos. Pode-se discutir sobre política, economia, matemática, física, psicologia em uma língua de sinais, respeitando-se as diferenças culturais que determinam a forma de as línguas expressarem quaisquer conceitos.

Nas últimas décadas, com as mudanças de paradigmas das ciências, têm-se informações suficientes que evidenciam o grau de abstração que permeia as línguas de sinais de cada país, bem como suas complexidades e riquezas. Investigações lingüísticas indicam que aspectos icônicos ou pictográficos de sinais individuais não são o aspecto mais significante da estrutura e do uso da língua de sinais. Não há evidências, por exemplo, de estudos da aquisição da linguagem comprovando que os adultos enfatizam os aspectos icônicos dos

sinais quando interagem com crianças. Além disso, em um experimento de comunicação referencial (Jordan e Battison, 1976) com surdos de sete diferentes países, os pesquisadores concluíram que uma língua de sinais não é transparentemente inteligível por surdos monolíngües de outra língua de sinais. Por exemplo, no Brasil o sinal manual para NÃO, apesar de ser considerado icônico, apresenta um significado completamente diferente na língua de sinais americana, conforme ilustrações abaixo:[5]



NÃO



ONDE (ASL)

Acrescente-se a isto o fato de que toda arbitrariedade é convencional, pois quando um grupo seleciona um traço como uma característica do sinal, outro grupo pode selecionar outro traço para identificá-lo. Assim, pode-se dizer que a aparência exterior de um sinal é enganosa, já que cada língua pode abordar um aspecto visual diferente em relação, por exemplo, ao mesmo objeto, diferenciando a representação lexical de língua para língua.

González (1992, p. 101) classifica os sinais de acordo com as relações semânticas básicas entre o referente e o item lexical. Segundo a autora, os sinais podem ser motivados (sinais icônicos e dêiticos), intermediários e/ou arbitrários. A iconicidade reproduz a forma, o movimento e/ou a relação espacial do referente, tornando o sinal transparente e permitindo que a compreensão do significado seja mais facilmente apreendida. Assim, mesmo não se conhecendo bem uma língua, há uma motivação do signo com relação ao referente. Entretanto, cabe salientar que apenas uma parte do léxico possui

[5]Obviamente que as marcações não-manuais associadas a estes sinais não são equivalentes: a primeira envolve a expressão facial de negação e a segunda, de interrogação.

esta característica. Ao lado desta iconicidade, há também a arbitrariedade, já que alguns sinais não representam associações ou semelhanças visuais com o referente.

Hoemann (1975), em um experimento objetivando testar a transparência (ou decodificação imediata) de sinais da ASL, selecionou cem sinais do Dicionário da Língua de Sinais Americana e mostrou-os a cinqüenta e dois sujeitos ouvintes que não tinham experiência prévia com sinais. Ele concluiu que em torno de 30% daqueles sinais, usando um critério de julgamento amplo, tinham significados identificáveis com a forma do sinal.

Frishberg (1976), Woodward (1975) e Klima e Bellugi (1975), em análises separadas da ASL, concluem que a iconicidade não é relevante na determinação da forma de sinais que historicamente passam por mudanças lingüísticas. Forças lingüísticas e sociolingüísticas tendem a inibir a natureza icônica dos sinais, tornando-os mais arbitrários através dos tempos. Além disso, processos gramaticais regulares (flexões nominais e verbais, por exemplo) também tendem a suprimir relações icônicas (Battison, 1978).

Mito 2

Haveria uma única e universal língua de sinais usada por todas as pessoas surdas.

Essa concepção ainda faz parte do senso comum. As pessoas normalmente perguntam se as línguas de sinais não são universais. Há quem questione por que as línguas de sinais não são universais, como se esse fato fosse o óbvio. Pode-se contrapor tal concepção, argumentando que as mesmas razões que explicam a diversidade das línguas faladas se aplicam à diversidade das línguas de sinais. Portanto, cada país apresenta sua respectiva língua de sinais. A língua de sinais americana é diferente da língua de sinais brasileira, assim como estas diferem da língua de sinais britânica, da língua de sinais francesa, e assim por diante.

Na verdade, a visão da universalidade implica que fatores geográficos e culturais não são influentes na determinação e mudança histórica do sinal. Sabe-se, todavia, que as línguas de sinais são distintas e que há dialetos em tais línguas como os há nas línguas orais. Fazendo-se um exame dos dicionários das línguas de sinais de alguns países, comprova-se que nem todas as pessoas surdas fazem referência a um determinado referente usando o mesmo sinal. Woodward (1975c – comunicação pessoal, apud Battison 1978) compara 872 sinais da língua de sinais americana e francesa e conclui que, embora estas duas línguas sejam relacionadas historicamente, apenas 26,5% dos sinais são idênticos. Além disso, pesquisas realizadas com surdos de 17 países demonstram que as línguas de sinais de diferentes países em geral não são entendidas por surdos estrangeiros.

Mito 3

Haveria uma falha na organização gramatical da língua de sinais, que seria derivada das línguas de sinais, sendo um pidgin sem estrutura própria, subordinado e inferior às línguas orais.

Em relação a essa concepção, pode-se comprovar que as línguas de sinais são completamente independentes das línguas faladas nos países em que são produzidas. Um exemplo disso são as diferenças entre as línguas de sinais brasileira e portuguesa, apesar dos respectivos países em que são usadas pelas comunidades surdas falarem a língua portuguesa. Assim sendo, é um erro pensar que as línguas de sinais são subordinadas às línguas faladas. Existem, sim, sistemas de comunicação criados com finalidades pedagógicas que tomam os sinais de uma língua de sinais e os colocam na estrutura da língua falada. Tais sistemas artificiais, chamados de comunicação simultânea, são de fato limitados, uma vez que não apresentam as características das línguas naturais.

A questão da dependência de uma língua falada implica que as línguas de sinais não têm independência em relação ao léxico, nem organização interna própria, mas que incluem elementos sublexicais e lexicais de acordo com a estrutura de línguas orais locais, sendo transliterações ou meros sinais traduzidos manualmente para palavras das línguas orais. Provavelmente tal visão tenha surgido em função de que é possível, através da soletração manual (conhecida também como dactilologia), representar letra por letra enunciados da língua falada. Não obstante, a soletração manual não é uma língua distinta, mas um simples código baseado nas línguas orais, e nenhuma comunidade lingüística utiliza exclusivamente tal código para comunicar-se. Os surdos a utilizam somente em situações específicas, quando necessário (Klima e Bellugi, 1979).

Além disso, no que se refere à organização gramatical, há o equívoco da dependência de significado das línguas de sinais em relação à estrutura das línguas orais pelo fato de que é possível – mas inconveniente e não-natural – modelar a estrutura das línguas de sinais na sintaxe e morfologia das línguas orais. Um dos problemas é que os sinais, quando considerados em seqüência ou em contexto, não correspondem necessariamente ao sentido literal das palavras das línguas orais (Battison, 1978).

Na medida em que pesquisas começaram a se desenvolver, surgiram fortes evidências de que as línguas de sinais não são um apanhado de gestos sem princípio organizacional, mas consistem em uma configuração sistêmica de uma nova modalidade de língua.

Mito 4

A língua de sinais seria um sistema de comunicação superficial, com conteúdo restrito, sendo estética, expressiva e lingüisticamente inferior ao sistema de comunicação oral.

Esta concepção declara que faltam às línguas de sinais complexidade e poder expressivo, sendo consideradas empobrecidas lexical e gramaticalmente não expressando proposições abstratas. Citações tais como "é geralmente aceito que a língua dos sinais está ligada ao concreto, sendo limitada em relação à abstração, humor e sutilezas tais como figuras de linguagem, as quais enriquecem a expressão" (Davis e Silverman 1970, p. 390 apud Battison 1978) comprovam a visão equivocada existente na década de 70 que é difundida até os dias de hoje. Por outro lado, pesquisas realizadas por Klima e Bellugi (1979) mostram que poesias, piadas, trocadilhos, jogos originais, entre outros, são uma parte significativa do saber da cultura surda. Adicionalmente, não há limites práticos para a ordem, tipo ou qualidade de uma conversação em sinais, exceto aqueles impostos pela memória, experiência, conhecimento de mundo e inteligência. Em relação a isso as línguas de sinais não são diferentes das línguas orais.

A alegação de empobrecimento lexical nas línguas de sinais surgiu a partir de uma situação sociolingüística marcada pela proibição e intolerância em relação aos sinais na sociedade e, em especial, na educação. Entretanto, sabe-se que tais línguas desenvolvem itens lexicais apropriados a situações em que são usados. À medida em que as línguas de sinais garantem maior aceitação, especialmente em círculos escolares, registra-se aumento no vocabulário denotando referentes técnicos. É interessante observar que em áreas consideradas atividades tradicionais para surdos nos Estados Unidos e no Canadá, tais como esportes, tipografia e impressão, há um extenso desenvolvimento lexical (Battison, 1978).

Vinculado a essa concepção, muitas pessoas equivocadamente afirmam que o empobrecimento estrutural das línguas de sinais liga-se ao fato de que estas não apresentam, por exemplo, elementos de ligação (tais como preposições e conjunções). Todavia, as línguas de sinais são línguas de modalidade visuoespacial que apresentam uma riqueza de expressividade diferente das línguas orais, incorporando tais elementos na estrutura dos sinais através de relações espaciais, estabelecidas pelo movimento ou outros recursos lingüísticos.

Mito 5

As línguas de sinais derivariam da comunicação gestual espontânea dos ouvintes.

A idéia de que as línguas de sinais não são línguas, mas sim apenas "gestos" que se originam na comunicação gestual espontânea, e, portanto, universal, inferior e limitada, advém de longa data, quando acreditava-se que a linguagem estava associada à capacidade do ser humano de "falar". Essa concepção histórica perpassou os preceitos religiosos e as questões político-sociais. As igrejas ensinavam os surdos a falarem para que esses confessassem sua fé, caso contrário, estariam fadados à queimar no inferno. As delimitações das fronteiras durante a formação das nações usou como base a unificação da língua falada pelo país. Assim sendo, aos surdos não foi sequer considerada a possibilidade de manifestação lingüística em uma modalidade visuoespacial. Pelo contrário, obrigou-se o uso da fala, mesmo sendo essa bastante limitada, não-produtiva e, na maioria das vezes, sem significado para o surdo.

Relacionado à essa concepção de que as línguas de sinais são "gestos", começou-se a considerar a hipótese de que tais formas de comunicação estivessem associadas apenas ao hemisfério direito do cérebro, mito que é discutido a seguir.

Mito 6

As línguas de sinais, por serem organizadas espacialmente, estariam representadas no hemisfério direito do cérebro, uma vez que esse hemisfério é responsável pelo processamento de informação espacial, enquanto que o esquerdo, pela linguagem.

Bellugi e Klima (1990) apresentam resultados de pesquisas com surdos com lesões nos hemisférios esquerdo e direito do cérebro. As pesquisas mostraram que aqueles com lesão no hemisfério direito tinham condições de processar todas as informações lingüísticas das línguas de sinais, mesmo sendo essas visuoespaciais. Por outro lado, os surdos com lesão no hemisfério esquerdo tinham condições de processar as informações espaciais não-lingüísticas, mas não conseguiam lidar com as informações lingüísticas. Portanto, tais estudos indicaram que as línguas de sinais são processadas no hemisfério esquerdo, assim como quaisquer outras línguas. Esse estudo comprova que a linguagem humana independe da modalidade das línguas.

Em suma, tais concepções equivocadas em relação às línguas de sinais compartilham traços comuns, assinalando um estatuto lingüístico inferior em relação ao plano de superfície. Todavia, as investigações descritas anteriormente procuram mostrar que as línguas de sinais, sob o ponto de vista lingüístico, são completas, complexas e possuem uma abstrata estruturação nos diversos níveis de análise. Estudos realizados por Stokoe (1965), Klima e